

Cultura, memória e cotidiano
a representação sobre os camponeses durante o regime
cívico-militar de Alfredo Stroessner no Paraguai
(1954-1989)

Paulo Alves Pereira Júnior

Mestrando Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Resumo

Em 1954, um capítulo sangrento e doloroso para a história paraguaia foi escrito: a ascensão de Alfredo Stroessner, que governaria o país até 1989. Essa ditadura cívico-militar pode ser resumida por dois pontos dissonantes: por um lado, o país se modernizou de uma forma jamais vista, gerando uma classe média expressiva e realizando grandes construções; por outro lado, o governo desenvolveu um sistema controlador que perseguia e censurava qualquer tipo de crítica ou oposição feita ao regime. Os alvos dessa repressão foram os setores populares, os políticos vinculados a partidos opositores, os padres, os jornalistas e a imprensa. A historiografia sobre os modos de renitência a essa autocracia destaca, principalmente, as ações dos grupos “intelectualizados” da sociedade paraguaia e dos trabalhadores urbano-industriais, organizados em sindicatos e partidos políticos. Além disso, essa vertente historiográfica prioriza como formas de refutação as manifestações públicas, as contestações político-partidárias e a atuação de grupos armados, “esquecendo-se” das práticas oposicionistas no âmbito privado. Tendo em vista essas questões, o presente trabalho apresentará as táticas e as resistências cotidianas desenvolvidas pelos camponeses durante a ditadura cívico-militar de Stroessner, representadas pelo tomo V do Informe Final da *Comisión de Verdad y Justicia - Anive haguã oiko*.

Palavras-chave Stronismo, resistências cotidianas, setores populares.

Resumen

En 1954, un capítulo sangriento y doloroso para la historia paraguaya fue escrito: el ascenso de Alfredo Stroessner, que gobernaría el país hasta 1989. Esa dictadura cívico-militar puede ser resumida por dos puntos contrarios: por un lado, el país se modernizó de una forma jamás vista, generando una clase media expresiva y realizando grandes construcciones; por otro lado, el gobierno desarrolló un sistema controlador que perseguía y censuraba cualquier tipo de crítica u oposición hecha al régimen. Las víctimas de esa represión fueron los sectores populares, los políticos vinculados a los partidos opositores, los padres, los periodistas y la prensa. La historiografía sobre los modos de obstinación a esa autocracia destaca, principalmente, las acciones de los grupos “intelectualizados” de la sociedad paraguaya y de los trabajadores urbano-industriales, organizados en sindicatos y partidos políticos. Más allá de eso, esa vertiente historiográfica prioriza como formas de refutaciones las manifestaciones públicas, las contestaciones político-partidarias y la actuación de grupos armados, “olvidándose” de las prácticas oposicionistas en el privado. Teniendo en cuenta esas cuestiones, el presente trabajo presentará las formas de tácticas y de resistencias cotidianas desarrolladas por los campesinos, durante la dictadura cívico-militar de Stroessner, representadas por el tomo V del Informe Final de la *Comisión de Verdad y Justicia - Anive haguã oiko*.

Palabras claves Stronismo, resistencias cotidianas, sectores populares.

Introdução

Em maio de 1954, o comandante-em-chefe das Forças Armadas, Alfredo Stroessner Matiauda (1912-2006), promoveu um Golpe de Estado contra o presidente colorado Federico Chaves Careaga (1882-1978).¹ Dias após essa ruptura institucional repentina, Tomás Romero Pereira (1886-1982) assumiu como presidente provisório e no mês de junho Stroessner foi nomeado pelo Partido Colorado para disputar a presidência da república. Na data de 11 de julho, sendo o único candidato, Stroessner foi eleito presidente por 98,4% dos votos válidos.² No mês seguinte, assumiu o mandato presidencial de Chaves – que seria finalizado em 1958 –, se mantendo no poder ininterruptamente até 1989, através de eleições fraudulentas.³

Sob o lema “Paz y progreso”,⁴ a ditadura cívico-militar de Stroessner⁵ é caracterizada, predominantemente, por seis aspectos: a) a violação aos direitos humanos (práticas de torturas físicas e psicológicas, assassinatos, exílios forçados, desaparecimentos, violações sexuais, entre outros) por meio de organismos estatais; b) o clientelismo desenvolvido pelo governo; c) a corrupção massiva dos órgãos públicos; d) o sistema de repressão e os mecanismos de censura; e) o autoritarismo estatal; f) o “controle” dos veículos da imprensa nacional e da população em geral.⁶

Entre as décadas de 1960 e 1970, o governo de Stroessner sistematizou e estruturou

- 1 Chaves foi eleito nas eleições presidenciais de 1950 para completar o mandato do seu antecessor Felipe Molas López (1901-1954), que renunciou ao cargo em 1949. Nesse processo eleitoral não houve uma participação efetiva dos partidos políticos opositores. Posteriormente – nas eleições de 1953 –, Chaves foi reeleito para o período de 1953 a 1958. Em sua gestão, o país viveu uma época de estabilidade política e consolidou um sistema de partido único, no qual a Junta de Governo do Partido Colorado cumpriu um papel central na política interna. Nesse período, as atividades da oposição foram controladas e reprimidas (SCAVONE YEGROS, R. “Guerra internacional y confrontaciones políticas (1920-1954)”. In: TELESKA, I. (org.). *Historia del Paraguay*. Asunción: Taurus, 2010, pp. 261-262).
- 2 NOHLEN, D. *Elections in the Americas: Elections in South America*. New York: Oxford University Press Inc., 2005, pp. 425-437.
- 3 PEREIRA JÚNIOR, P. A. “Política, silenciamento e representações: os setores populares na historiografia sobre o regime stronista”. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 18, 2015, pp. 26-27.
- 4 O discurso oficial do governo de Stroessner era “Paz y progreso”, já que, em um país que possuía uma instabilidade política e econômica, a promessa de paz e progresso teria um efeito direto nas camadas mais humildes da população (MORAES, C. *Paraguai, a consolidação de Stroessner 1954-1963*. Porto Alegre: Edipuc-RS, 2000, p.72). Apesar do discurso oficial ter se propagado entre a população, isso não inviabilizou as oposições ao regime.
- 5 O politólogo paraguaio Benjamín Ardití em seu ensaio *Adios a Stroessner: La reconstrucción de la política en el Paraguay* (1992), apresenta o governo de Alfredo Stroessner como um poder cívico-militar dominante na política e que contou com o apoio expressivo de uma parte da sociedade civil e das Forças Armadas. À vista disso, utilizaremos em nosso trabalho o conceito de “ditadura/regime cívico-militar”.

um mecanismo de repressão eficaz, proporcionado por organismos estatais como o *Departamento de Investigaciones* e a *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (*La Técnica*). Esse sistema repressivo desbaratou inúmeros movimentos armados, desfez distintas tentativas de derrubar o regime, perseguiu milhares de pessoas, censurou veículos de comunicação e produções artísticas, e desarticulou inúmeras ações opositoras político-partidárias, como as do *Movimiento Popular Colorado* (MOPOCO), do *Partido Liberal Radical Auténtico* (PLRA), do *Partido Comunista Paraguayo* (PCP) e do *Partido Revolucionario Febrerista* (PRF).⁷

Nesse período, o Paraguai conheceu uma impressionante modernização econômica, como o estabelecimento das políticas em conjunto com o Brasil – diminuindo a dependência político-econômica da Argentina –; o financiamento – junto ao regime cívico-militar brasileiro – e a criação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu; a elevação do Produto Interno Bruto na década de 1970; o desenvolvimento de uma classe média expressiva; e a construção de obras de infraestrutura no país, como o sistema de água e esgoto. Na década de 1980, o governo viveu uma séria crise político-econômica, pois, com o fim das obras de Itaipu e a continuidade do sistema de corrupção em instituições públicas, o produto interno paraguaio caiu consideravelmente, aumentando a pobreza e a desigualdade social no país.⁸

Durante essa época, mediante o descontentamento governamental, parcelas da classe média emergente e da sociedade civil intensificaram os protestos públicos, através de numerosas manifestações. Vale frisar que o processo de oposição político-partidária e de renitência popular não se iniciou nos anos 1980, mas foi recorrente – muitas vezes em menor escala – no país desde a ascensão de Stroessner na década de 1950.⁹

As crises internas do Partido Colorado também se acentuaram nesse tempo, já que o partido foi dividido em duas alas principais: os “tradicionalistas”, que se opuseram ao sistema stronista,¹⁰ e os “militantes”, que apoiaram o sistema político vigente. Diante dessa conjuntura, a estrutura política do regime perdeu força e deu margem para possíveis insurreições orquestradas pelas Forças Armadas e/ou pelo Partido Colorado, o que de fato ocorreu em fevereiro de 1989. Um Golpe de Estado, liderado pelo General Andrés Rodríguez Pedotti (1923-1997), consogro do ditador, e apoiado por grupos expressivos das Forças

6 PEREIRA JÚNIOR, op. cit., p. 27.

7 PEREIRA JÚNIOR, op. cit., p. 27.

8 Ibidem, p. 27.

9 Ibidem, p. 27.

10 Em nosso trabalho utilizaremos a expressão “stronismo”, frequentemente utilizada pela maioria dos pesquisadores paraguaios que estudam a ditadura de Stroessner. Encontramos, em alguns estudos, expressões como “stronato” ou “stroessnerismo”, geralmente em pesquisas desenvolvidas por estrangeiros, como as dos brasileiros Alfredo da Mota Menezes, em *A Herança de Stroessner: Brasil - Paraguai, 1955-1980* (1987), e Julio José Chiavenato, em *Stroessner: retrato de uma ditadura* (1980).

Armadas e do Partido Colorado, depôs Stroessner, que se exilou no Brasil. Rodríguez assumiu como presidente provisório e no mesmo ano foi eleito constitucionalmente Chefe do Governo paraguaio com 75,9% dos votos válidos, governando até 1993.¹¹

Logo após a deposição de Stroessner, na data de 03 de fevereiro de 1989, o General Andrés Rodríguez assumiu o governo, iniciando uma abertura política realizada “de cima para baixo”. O desejo democrático foi inserido na agenda pública do novo sistema governamental devido às ações dos *sectores populares*.¹² Diante dessa conjuntura, os antigos colaboradores do regime (políticos, militares, cidadãos) passaram a se declarar democráticos, por conta da nova ordem política corrente.¹³ É importante ressaltar que o Partido Colorado governou por mais dezenove anos após a derrubada de Stroessner.

No dia 22 de dezembro de 1992, foi encontrado pelo advogado paraguaio Martín Almada, com a ajuda do juiz José Agustín Fernández, milhares de documentos referentes à ditadura stronista – e de outros regimes cívico-militares do Cone Sul –, tais como fichas de prisioneiros, fotografias, informes confidenciais de informantes,¹⁴ jornais, cédulas de

11 PEREIRA JÚNIOR, op.cit., p. 33.

12 Luis Alberto Romero, em seu livro *Sectores Populares, Cultura y Política: Buenos Aires en la entreguerra* (1995), escrito em conjunto com Leandro Gutiérrez, desenvolve o conceito de *sectores populares* ao pensar na composição dos trabalhadores para além do processo produtivo urbano-industrial e se voltando para os indivíduos e grupos que não necessariamente estão implantados neste sistema produtivo (as mulheres, os idosos, os camponeses, dentre outros). Frisamos que o conceito de setores populares não exclui os trabalhadores urbano-industriais, mas procura pensar suas ações para além do processo produtivo (ROMERO, L. A. “Los sectores populares urbanos como sujetos históricos”. In: ROMERO, L. A.; GUTIÉRREZ, L. H. *Sectores Populares, Cultura y Política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 27). Portanto, a terminologia apresentada seria mais viável para aplicarmos à sociedade paraguaia, levando em consideração as especificidades de sua história. Cabe destacar a amplitude do presente conceito, que permite ser aplicado a sujeitos e grupos “não-urbanos”, como os lavradores. Isso aponta para um problema comum ao caso paraguaio, a frágil diferenciação entre o “urbano” e o “rural”. Como afirma Luis A. Galeano, há no Paraguai uma clara divisão de cenários, conformada pelas áreas rurais e pela zona metropolitana de Assunção, grande epicentro econômico, social e político. Essa realidade é denominada pelo autor como “nueva ruralidad” (GALEANO, L. A. “Los campesinos y la lucha por la tierra”. In: TELESKA, op. cit., p.370-371). Dessa forma, há no país uma fronteira tênue entre a “cidade” e o “campo”. Sendo assim, o conceito de “setores populares” contemplaria determinadas ações e esferas que compõem os grupos e os indivíduos históricos “urbanos” e “rurais”, nem sempre destacados pelos historiadores e pelos pesquisadores sociais.

13 SOTO, C.; BAREIRO, L.; RIQUELME, Q.; VILLALBA, Roberto. “Sociedad civil y construcción democrática en Paraguay. Experiencias de participación e incidencia de los movimientos sociales”. In: ALBUQUERQUE, M. do C. (Org.). *La construcción democrática desde abajo en el Cono Sur*. San Pablo: Instituto Polis, 2004, p. 140.

14 Os informantes civis desse período eram popularmente conhecidos como *soplón* (em espanhol: espião) ou *pyrague*, que em guarani significa “pés leves” ou “dedo-duro” (CHIAVENATO, J. J. *Stroessner: retrato de una ditadura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p. 14). É curioso notar que dentro dessa estrutura existia uma hierarquia entre os próprios delatores. Um exemplo é a figura do “*pyrague* cultural” que tinha a função de informar o governo sobre o funcionamento e o desenvolvimento de peças teatrais consideradas subversivas (GONZÁLEZ DELVALLE, A. *La prensa y la cultura bajo el régimen*. Asunción: El Lector,

identidade, dentre outros. Esses registros foram achados no *Departamento de Investigaciones de la Policía*, na cidade de Lambaré, a trinta quilômetros de Assunção. O conjunto desses documentos foi intitulado como “Archivos del Terror”.¹⁵ Esses arquivos foram levados ao Palácio da Justiça, sendo separados, organizados e catalogados por uma equipe especializada em arquivística.

Nesse mesmo período, os primeiros exilados durante a ditadura stronista regressaram ao país. Juntamente com sindicalistas, advogados, juristas, estudantes, agricultores e líderes indígenas, esses degredados (políticos, intelectuais, escritores, artistas) se organizaram e formaram movimentos expressivos que pediam justiça às violações cometidas pelo governo de Stroessner. Ao longo da década de 1990, distintas organizações de vítimas da ditadura foram criadas, como as dos estudantes, dos trabalhadores urbanos, dos camponeses, dos indígenas, dentre outras.

Esses grupos exigiam reparações financeiras e, mais do que isso, históricas, através da emersão das memórias¹⁶ dos indivíduos que tiveram seus direitos violados diretamente (sujeitos torturados ou desterrados) ou indiretamente (familiares de desaparecidos ou de pessoas assassinadas) pela ditadura. Estas organizações sociais adquiriram uma força significativa no decorrer dos anos 2000, quando muitas delas passaram a atuar com mais destaque na vida política paraguaia.

O sociólogo francês Alain Touraine, no ano de 1999, fundou na França a *Asociación de Investigación y Estudios de Archivos de América Latina*. Em outubro de 2002, Touraine – juntamente com outros juristas e intelectuais – viajou para o Paraguai com o objetivo de discutir profundamente o conteúdo do “Archivo del Terror” e as questões referentes às políticas públicas de reparação às vítimas da ditadura. Os encontros proporcionados por essa instituição permitiram o debate e a discussão sobre os arquivos gerados pelos organismos de repressão stronista, a possibilidade de conseguir testemunhos orais dos sobreviventes e a elaboração de políticas públicas que reparassem as vítimas do regime.¹⁷

2014, p. 30).

15 Cf. GUENA, M. *Archivos do horror: Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980)*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1996.

16 O historiador francês Jacques Le Goff, no verbete intitulado “Memória”, pertencente ao livro *História e memória* (1988), entende que a memória seria um instrumento de poder construído e utilizado por distintas forças nas mais diversas sociedades humanas (LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p.422). Dessa forma, Le Goff afirma que existe uma relação tênue e maleável entre o presente e a memória, já que esta busca salvar o passado para servir ao tempo presente (LE GOFF, op. cit., p. 471). Tendo em vista estas questões, entendemos que há várias memórias que seriam objetos de poder entre distintos grupos sociais, seja os que buscam introduzir uma memória oficial no espaço em que estão inseridos, seja os que procuram construir novas memórias, confrontando o poder dominante em uma determinada sociedade.

17 GAUTO, D.; TALAVERA, R. “Signo de esperanza de lograr la reparación: la Comisión de Verdad y

O resultado de todas as ações desses movimentos sociais foi a criação da *Comisión de Verdad y Justicia* (CVJ) em 2003. Através da Lei 2225/2003, o Congresso Nacional Paraguai e o Poder Executivo criaram legalmente a CVJ. Essa jurisprudência foi fruto de uma iniciativa de parcelas da sociedade civil – com o apoio de políticos e intelectuais, que apresentaram o projeto aos Poderes Legislativo e Executivo – e tinha como objetivo central a investigação dos crimes cometidos por agentes estatais durante a ditadura de Stroessner. Assim, essa ação partiu de uma mobilização popular ainda durante os governos dos presidentes colorados Luis Ángel González Macchi (1999-2003) e Nicanor Duarte Frutos (2003-2008).

A CVJ tinha como presidente o bispo Mario Medina e como vice-presidente o advogado e senador pelo PLRA (1998-2003) Juan Manuel Benítez. Também fazia parte da equipe da CVJ o diplomata Mario Sandoval e o Dr. Carlos Portillo Esquivel, médico especialista em psiquiatria e psicoterapia. Além desses nomes, fez parte do grupo o sociólogo José Carlos Rodríguez, coordenador de investigação. Essa composição é interessante, pois observamos que o documento final foi elaborado por pessoas propostas pelas vítimas, pela sociedade civil, pelos poderes Executivo e Legislativo e por atores legitimados pela historiografia, como o PLRA e a Igreja Católica.

Em agosto de 2008, através da resolução N°179/09, os Informes Finais da CVJ foram entregues aos Três Poderes. Contendo cerca de nove mil testemunhos e dividido em oito tomos, o documento descreve as características autoritárias do governo stronista e possui como objetivos centrais: o questionamento das condições sociais, políticas, econômicas e culturais que legitimaram o regime; a revisão dos delitos cometidos por agentes estatais e paraestatais; e a compreensão do processo de democratização do país. Na ocasião de entrega do Informe Final da CVJ, o presidente recém-eleito Fernando Lugo (2008-2012), que acabou com 61 anos de hegemonia colorada, pediu perdão em nome do Estado Nacional às vítimas da autocracia de Stroessner.¹⁸

Com a ascensão de Lugo à presidência, o governo promoveu políticas memorialísticas em relação à ditadura, tentando reparar historicamente as “feridas abertas pelo heroísmo das vítimas” do stronismo. Ao terminar o mandato da CVJ, foi criada em 2009, através da Resolução N° 179/09, a *Dirección General de Verdad, Justicia y Reparación* (DGVJR), dependente da *Defensoría del Pueblo del Paraguay*.¹⁹

Justicia”. In: *Derechos Humanos en Paraguay 2003*. Asunción: CODEHUPY, Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay, 2003, pp. 82-83.

18 MORSOLIN, C. “Paraguay - Presidente Lugo pide perdón a víctimas de la ditadura”. In: *Adital - Noticias de América Latina y Caribe*. 05 set 2008. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=34863&lang=ES>. Acesso em 20 mar 2015.

19 MORSOLIN, C., op. Cit., p. 32. Cf. PODER LEGISLATIVO DEL PARAGUAY. *Ley N° 3.821 que modifica y amplía el presupuesto general de la nación para el ejercicio fiscal 2009, aprobado por Ley N°*

Em vista dessas questões, o presente artigo identificará as táticas e as resistências cotidianas desenvolvidas pelos camponeses durante a ditadura stronista, representadas²⁰ no tomo V do Informe Final da *Comisión de Verdad y Justicia - Anive haguã oiko*. Esse fascículo traz relatos de agricultores e de religiosos que vivenciaram o período ditatorial e tiveram seus direitos violados por organismos estatais e paraestatais que agiram a mando do governo autoritário.

Entre táticas e estratégias: os caminhos do cotidiano

Antes de analisarmos o documento em questão, apresentaremos o nosso principal aporte teórico-metodológico. Em 1980, foram publicados os dois fascículos da obra *A invenção do cotidiano*, escritos pelo historiador francês Michel de Certeau. Resumidamente, a intenção do autor é pensar nas práticas e nas artes de fazer da vida cotidiana. Certeau entende o cotidiano como “aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. [...]. [...] aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior”.²¹

Segundo essa concepção, o cotidiano é o espaço diário que nos preocupa a cada dia e até que nos oprime. Dentro desse local, seria importante observar o invisível, o que não estaria plasmado em uma dimensão material. Através dessa superfície é que se desenvolveriam as práticas de dois tipos: as “estratégias” e as “táticas”.

Como “estratégia”, o autor afirma que essa é ação calculadora:

[...] das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se

3.692, de fecha 13 de enero de 2009. Disponível em: <<http://paraguay.justia.com/nacionales/leyes/ley-3821-nov-2-2009/gdoc/>>. Acesso em 20 mar 2015.

20 O conceito de representação é trabalhado pelo historiador Roger Chartier, que o define como um processo determinado pelos interesses de grupos que as forjam. Daí a necessidade de relacionar os discursos proferidos com a posição de membros que os utiliza. Em outras palavras, a representação seria um conjunto de imagens da realidade criado e forjado por um certo grupo social e proferido através de discursos. O termo “representação” significa, assim, as formas de como em distintos espaços uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler por meio de delimitações, classificações e divisões que organizam a compreensão do mundo social (CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.16-17). É importante ressaltar que a definição de “representação” não é a de algo inventado, mas de uma ferramenta que auxilia na identificação de imagens, através dos discursos de uma determinada sociedade em um tempo específico.

21 CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 31.

podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [...]. [...] toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar.²²

Em contrapartida, a “tática” é o:

[...] cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em fase das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. [...]. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”.²³

Sendo assim, as táticas dos grupos e dos sujeitos estariam dentro de um espaço controlado e observado pelo inimigo. Dessa maneira, essas ações aproveitariam as brechas desse sistema para traçar possíveis saídas. Nessa conjuntura, as fissuras se abririam frente a um poder totalizante, criando situações inesperadas. Além de atuarem dentro do “campo de visão” de uma força dominadora, as táticas se caracterizariam justamente por escaparem desse “local” vigiado.²⁴

E é nessa superfície na qual se estabelecem as renitências, que as pessoas jogam e desfazem o jogo estipulado por outros, de formas sutis e indiretas. A noção de “resistência cotidiana” para Certeau não parte de uma percepção classista de poder, mas de uma relação social a partir da cultura, das experiências e das ações dos indivíduos “ordinários” ao longo do tempo.²⁵

Utilizaremos os referenciais teórico-metodológicos propostos por Michel de Certeau em nosso objeto de análise para apresentar respostas ou caminhos para a problemática inicial

22 CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 99.

23 Ibidem, pp. 46-47.

24 Ampliando o conceito, também podemos entender a “tática” de diversas formas, como: a) as vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (que pode ser entendido como um poderoso, uma doença, as violências das coisas ou de uma ordem em questão); b) os pequenos sucessos de distintos atores sociais; c) as artes de dar golpes no campo de outros; d) as astúcias de “caçadores”; e) as simulações polimorfas (Ibidem, p. 47).

25 É importante ressaltarmos que o termo “resistências cotidianas” nunca foi utilizado por Certeau em sua obra, porém, uma vez pensando nas renitências a partir do âmbito do cotidiano, não vemos nenhum empecilho para a utilização do presente término.

do artigo, sempre considerando a particularidade em torno da fonte em questão e levando em consideração as singularidades da sociedade que a produziu e a qual se dirige.²⁶

Aplicando as ideias de Certeau à realidade paraguaia, podemos entender as estratégias como instrumentos de controle desenvolvidos pelos mecanismos de repressão controlados pelo governo autoritário de Stroessner. Em compensação, compreendemos como táticas as ações contrárias ao modelo repressivo, desenvolvidas pelos setores populares de forma “indireta”, atuando “dentro do campo da visão do inimigo”. Apesar disso, o conceito abre outras possibilidades, quando introduzido no caso específico do Paraguai.

As guerrilhas armadas que atuaram contra as forças autoritárias do regime, por exemplo, poderiam ser caracterizadas como estratégias, pois seriam as ações das relações de forças proporcionadas pelo isolamento de um grupo de querer e poder – geralmente ligado a um partido político –, gerando distintas relações exteriores – como os agricultores, por exemplo –, com o propósito de atingir um alvo ou uma ameaça externa – o governo ditatorial – e procurando um local de poder próprio.

Em nossas análises, aplicaremos a noção de tática apenas às resistências cotidianas articuladas pelos rurícolas, que jogaram com os jogos das estruturas ditatoriais, criando saídas de um espaço vigiado e controlado pelas forças repressivas do sistema autoritário.

Memória e política: a experiência dos camponeses durante o governo stronista

O volume V do informe – *Las Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos. La Experiencia de las Víctimas* – apresenta os impactos psicológicos sofridos pelos setores populares, a percepção do medo na vida cotidiana da sociedade paraguaia e o autoritarismo desenvolvido pelo governo stronista. Esse tomo se baseia na reconstrução das experiências e dos impactos relatados pelas vítimas recolhidos durante o trabalho da CVJ, como as mulheres, as crianças, os indígenas e os lavradores.

Além disso, esse documento evidencia os mecanismos psicossociais de controle da população, como o uso do terror como estratégia contra os setores populares, e analisa as consequências e as sequelas gerais das violações aos direitos humanos (a tortura, a violência sexual, as execuções, o desaparecimento forçado, os exílios e os ataques coletivos contra comunidades camponesas), tanto na esfera individual como nos âmbitos familiar, comunitário e/ou social.

26 Cabe salientar que Certeau não desenvolve o conceito de cotidiano apenas nas sociedades industriais clássicas, mas também trabalha suas ideias nas sociedades não urbano-industriais, como o caso de alguns lavradores brasileiros, citado em seu livro.

A violência proporcionada pelos órgãos estatais em distintas regiões do país, contavam com diferentes formas de atuação e possuíam diversos padrões de repressão, que podem ser caracterizados por: a) detenções arbitrárias e torturas psicológicas e físicas, incluindo as violências sexuais; b) desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais; c) deportações de certos indivíduos como consequência da perseguição causada pelo regime; d) entradas forçadas de militares às comunidades coletivas em áreas rurais.²⁷ Dentro dessa estrutura autoritária, o exercício de inúmeras organizações sociopolíticas era constantemente repreendido por agentes e/ou órgãos estatais que censuravam qualquer forma de participação alternativa na vida política e social paraguaia.²⁸

Um mecanismo utilizado pela ditadura foi o sistema de espionagem formado por *pyragues*, que “controlava” as atividades dos indivíduos considerados suspeitos e de associações políticas ou sociais no interior do país ou na capital.²⁹ Frequentemente, esses delatores acusavam pessoas e grupos sociopolíticos de desenvolverem atividades “subversivas” e opositoras à ditadura. Dessa maneira, bastava qualquer acusação de que certo indivíduo tivesse se reunido com outros sujeitos com ideias opostas ao regime para que este fosse detido arbitrariamente.

Essa denúncia poderia ser realizada por qualquer cidadão que tivesse algum contato, direto ou indiretamente, com o governo.³⁰ A presente rede de espionagem acabou rompendo com as estruturas de confiança entre os membros das comunidades rurais, já que no campo as relações com os vizinhos e o apoio mútuo entre eles é bem maior do que no âmbito urbano.³¹

De modo geral, as violações aos direitos humanos executadas por esse sistema repressivo visavam desarticular as experiências organizativas, como os partidos políticos opositores, os grêmios estudantis, os sindicatos e as comunidades coletivas nas áreas rurais do país. Além disso, esses mecanismos repressores pretendiam enfraquecer as renitências desenvolvidas por grupos ou por indivíduos através de um caráter instrumental: detendo, torturando e assassinando líderes e partícipes dessas organizações; e aumentando o terror e o medo entre as parcelas da sociedade paraguaia, ao expor publicamente atos de torturas e cadáveres de agricultores, de mulheres, de crianças ou de indígenas.³²

A extensão desse sistema repressor gerou na sociedade paraguaia uma sensação de medo, provocando resquícios psicossociais na população, como a vulnerabilidade total frente

27 COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. *Informe final: Las Secuelas de las Violaciones de Derechos Humanos La Experiencia de las Víctimas*, Tomo V. Asunción: CVJ, 2008, pp. 18-19.

28 Ibidem, p. 20.

29 Ibidem, p. 20.

30 Ibidem, p. 23.

31 Ibidem, pp. 23-24.

32 COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., pp. 25-28.

ao poder estatal, a generalização dos estigmas sociais e a cumplicidade com o regime. Esse mecanismo que “controlava” a vida cotidiana, produziu um sentimento de impotência e conformidade, além de uma consciência de isolamento social”.³³

Os grupos ou os indivíduos perseguidos e/ou acusados de “subversivos” pelo governo sofreram um isolamento e um ostracismo social. Acusando-os de “comunistas”, o regime enfraqueceu as relações de apoio de familiares e amigos desses acossados e gerou uma situação de permanente exclusão social e marginalização dentro da comunidade na qual estavam inseridos.³⁴

Apesar de toda essa estrutura repressiva, alguns grupos da sociedade paraguaia organizaram experiências organizativas, distanciando-se dos modelos impostos pela ditadura. Um exemplo desses movimentos foi a criação de associações comunitárias dos lavradores no interior do Paraguai. Na década de 1970, o sistema autoritário dos organismos estatais se expandiu para as áreas rurais do país e atingiu distintas organizações coletivas em comunidades nas quais estavam se desenvolvendo modos alternativos de produção e de vida desde os anos 1960. Essas experiências alternativas eram conhecidas como *Ligas Agrarias Cristianas* (LAC).³⁵

Baseadas em um processo de “conscientização” da realidade e buscando uma transformação das condições de injustiça e pobreza que vivia o campesinato, as LAC eram caracterizadas por uma reorganização total da vida cotidiana, por desenvolver um ideal de uma vida em comum e por se pautar em valores cristãos de fraternidade.³⁶ Entretanto, essas associações foram vistas, desde seu início, com desconfiança e hostilidade pelo governo. Desde as primeiras reuniões e reflexões coletivas sobre o projeto das LAC, no início da década de 1960, o silêncio era a palavra de ordem entre seus membros, já que os líderes das comunidades não se conheciam e os encontros eram realizados em meio a uma grande reserva.³⁷

Com o passar do tempo, a força da organização fez com que as ações e as experiências comunitárias se tornassem mais públicas. Esse movimento esteve pautado em ações de resistência civil permeadas por um forte componente de valor cívico, mediante a um processo de coordenação de base “desconhecido” pelas autoridades estatais por mais de uma década.³⁸

As experiências proporcionadas por esses estilos de vida alternativos variavam conforme a comunidade. Por exemplo, a organização da colônia de Jejuí esteve pautada em

33 Ibidem, pp. 31-32.

34 Ibidem, p. 33.

35 Ibidem, p. 153.

36 Ibidem, p. 153.

37 Ibidem, p. 153.

38 COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., p. 154.

uma mescla de experiências coletivas de vida em comum com uma forma de oposição frente ao modelo político-econômico dominante, impulsionado pelo governo.³⁹ Além disso, essas comunidades desenvolveram formas de ações diretas não violentas, pautadas na ação coletiva e na criatividade. É importante ressaltar que essas atitudes não violentas incluíam formas de se defender do poder, como se apresentar publicamente com o mesmo nome de um sujeito prestes a ser detido, evitando a captura e evidenciando a união coletiva.⁴⁰

O modo de vida comunitário proporcionado pelas LAC era caracterizado por três aspectos que visavam uma articulação interna e uma relação distinta com o exterior. Essas experiências eram centradas na ideia de propriedade comunal da terra, na reorganização do comércio local, na criação de novas escolas e de novas formas de educação, e no protagonismo político baseado nos ensinamentos cristãos e nas ações de não violência.⁴¹

Possuindo uma autogestão, um intercâmbio externo limitado e um projeto alternativo de viver, essas comunidades não eram toleradas pela ditadura. Os aspectos da vida em comum desenvolvidos pelas colônias que foram consideradas um risco para a segurança do Estado foram:

a) a organização da produção camponesa de autoconsumo, incluindo uma parte dessa para a compra de produtos básicos, visando a obtenção de recursos para sustentar as atividades coletivas, como os cursos de formação e as assembleias;

b) a criação de um sistema educacional próprio e o rompimento com as estruturas da escola convencional;

c) o rompimento de uma lógica político-partidária controlada pelo regime e a defesa da realização de ações sociais e políticas pautadas nos valores de dignidade humana e da solidariedade.⁴²

Todas essas estruturas das comunidades coletivas agrárias não passaram despercebidas pelos mecanismos repressivos do governo. As estratégias do regime contra essas associações eram compostas pelos mecanismos de espionagem, através dos *pyragues*; pela criação de cooperativas próximas às comunidades, com o propósito de desenvolver uma concorrência direta; pelas detenções por um curto período – de 24 a 48 horas – de membros das LAC; e pela provocação, através de algumas ações militares ou agressões.⁴³

Esses estratagemas não surtiram o efeito esperado pela ditadura. Por essa razão, as forças autoritárias estatais passaram a considerar as comunidades como um objetivo militar,

39 Ibidem, p. 154.

40 Ibidem, pp. 154-155.

41 Ibidem, p. 156.

42 Ibidem, pp. 155-158.

43 COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., p. 154.

submetendo-as a outras formas de “controle” e aumentando a repressão sobre elas. Todos os elementos comunitários foram convertidos pelo governo em atividades comunistas. Consequentemente, as ações das colônias coletivas foram violentamente reprimidas e criminalizadas perante a sociedade paraguaia.⁴⁴

Entre as décadas de 1960 e 1980, o aparelho repressivo dos mecanismos autoritários da ditadura desbaratou inúmeras associações rurícolas ligadas às LAC. Através das torturas, das violações sexuais, dos assassinatos, dos exílios forçados, da expropriação de terras e da humilhação social, o regime de Stroessner provocou um impacto profundo na vida de muitos lavradores – e de seus familiares – e das colônias afetadas.

Pretendendo destacar os padrões de violência e o nível de destruição dessas comunidades – e os desdobramentos nas vidas de seus membros – o documento analisa quatro acontecimentos específicos: o “Rebautismo” (1965); o caso de Jejuí (1975); a “Pascua Dolorosa” (1976); e o evento ocorrido na colônia de Costa Rosado (1980). A repressão nessas associações foi marcada pelas violações já citadas anteriormente (torturas, assassinatos, roubos de terras).

A fonte apresenta a forma brutal e sangrenta com que foram realizadas essas operações, na qual os militares violentaram sexualmente meninas e meninos, queimaram casas e escolas e assassinaram cruelmente os partícipes das LAC (entre eles mulheres, crianças e idosos). O documento também evidencia uma ocorrência que não foi contemplada nos estudos sobre o tema: o “Reubatismo”.

Esse ato estava associado à ação de dismantelamento da *Frente Unido de Liberación Nacional* (FULNA) e suas tentativas de reorganização. Pretendendo formar uma base de apoio, esse movimento guerrilheiro convocou inúmeros camponeses que residiam no departamento de Cordillera. No ano de 1965, o governo começou a reprimir os membros da FULNA e os lavradores da região na qual a guerrilha atuava. Além de deter, assassinar e torturar os agricultores, os agentes estatais aplicaram sobre eles outro método punitivo: o rebatismo. Após semanas de detenção e torturas, estes sujeitos foram levados à paróquia da cidade de Piribebuy para serem rebatizados. A cerimônia pública, diante das autoridades eclesiásticas e políticas e da sociedade local, teve a intenção de degradar moralmente os rurícolas e apresentar um caráter exemplificante para a população.⁴⁵

Essa técnica de despersonalização utilizada pelo regime tinha como característica a utilização de uma simbologia religiosa que legitimasse a ação realizada e proporcionasse um sentido de conformidade. Outro objetivo era a degradação pública da conduta ou das convicções dos detidos. Cerca de cento e três pessoas, com as mãos sobre a Bíblia Sagrada e

44 Ibidem, p. 154.

45 COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op.cit., pp. 159-162.

sendo salpicadas com água benta, tiveram que jurar ante as comunidades e às autoridades presentes que abandonariam as práticas comunistas.⁴⁶ Tal manipulação da consciência coletiva, mediante ao engano e a coação comunitária, destacou que a prática de rebatismo não possuía apenas elementos religiosos, mas também representava simbolicamente o poder ditatorial, que reafirmava sua posição anticomunista.

Denegrindo a imagem dos camponeses e teatralizando um ato de perdão público, o rebatismo foi realizado como uma espécie de ritual de passagem, entre o “comunista subversivo” ao “cristão rebatizado” e fiel ao governo. Essa cerimônia consistiu no ato final do processo de torturas sofridos pelas vítimas. É importante ressaltar que muitos dos rurícolas “rebatizados” voltaram a ser torturados tempos depois da cerimônia.⁴⁷

O presente exemplo de violação cometida contra os lavradores apresenta como a linguagem anticomunista desenvolvida pelos mecanismos repressivos da ditadura foi associada à religião, com o objetivo de atingir os setores populares e de disseminar a repulsa a todas as atividades que fossem contrárias ao governo. Esse ato também buscou evidenciar qual era o destino daqueles que questionassem as atitudes do regime, bem como a de seus funcionários e a de seus órgãos.

As resistências cotidianas desenvolvidas pelos camponeses durante o governo de Stroessner

As experiências dos agricultores são apresentadas no volume V do Informe Final da CVJ. Nesta seção, destacaremos alguns exemplos de resistências cotidianas a partir de relatos dos rurícolas e de religiosos que pertenciam às LAC. O documento, logo no início, afirma que as estratégias dos mecanismos repressivos do governo geraram um clima de impotência total nas vítimas, desenvolvendo uma passividade defensiva e uma mentalidade social que acreditava que o autoritarismo estatal fosse invencível.

Entretanto, apesar de existir no imaginário popular a ideia de que a arbitrariedade do governo fosse indestrutível, os setores populares reagiram contra as formas opressoras da ditadura de distintas maneiras. Como veremos, muitos indivíduos e diversos grupos sociais estabeleceram táticas cotidianas para enfrentarem as estratégias proporcionadas pelas forças repressoras do regime stronista.

Uma renitência destacada no documento é o testemunho de Gregorio Centurión,

46 Ibidem, pp. 162-165.

47 Ibidem, pp. 165-166.

camponês que pertencia às LAC. Em seu relato, Gregorio – ao recordar-se desse período – afirmou que em:

San Juan Misiones recurrimos a los sacerdotes y a las hermanas para preguntarles dónde estaban esos miembros de las Ligas porque solo se conocían algunas personas. Una Hermana me dijo: esto que nosotros estamos diciendo acá, mañana la policía lo va a saber. Van a saber que estuviste acá y que estuvimos hablando de eso. Pero era imposible, estábamos solos ella y yo, pero estas cosas muestran el efecto del terror a finales de los años 80, cuando faltaba poco para la caída de la dictadura.⁴⁸

O documento utiliza esse relato como uma forma de corroborar com as afirmações de que havia um sistema arbitrário no país. Assim, não analisa profundamente o testemunho desta vítima. Ainda que a fonte procure apresentar as tentativas de controle das ações dos setores populares, testemunhos como o de Centurión podem ser lidos de outra perspectiva. Observamos nesta narrativa que mesmo diante do sistema opressor o líder camponês dirigiu-se a uma instituição religiosa com a intenção de ser informado sobre alguns colegas que estavam desaparecidos.

Diante das estratégias opressoras desenvolvidas pelas forças estatais que controlavam as ações dos setores populares, segundo a maioria dos estudos acadêmicos e o Informe Final da CVJ, como explicar o caso em questão? À vista disso, apesar da atitude de temor da religiosa, é perceptível a existência de canais de contato entre distintos setores da sociedade que fugiam do controle dos organismos repressores e eram desconhecidos dos funcionários governamentais ou dos informantes da ditadura.

Adiante, relembando os momentos violentos contra as comunidades pertencentes às LAC e os impactos do medo na população, Centurión afirma que em:

[...] un lugar donde estaba la guerrilla en los 60, el 14 de mayo y fueron muertos, en esa zona ni se quería hablar después de la dictadura. Después de un proceso de concientización, y de formación se logró que se creara una organización campesina de base. Pero todo el mundo se puso de acuerdo en ponerle de presidenta a una señora pariente del presidente del Partido Colorado, una maestra que no sabe nada de eso. La gente decía: ella es la mejor para ese cargo. Ellos evadían una discusión sobre si era la persona más indicada. Ponerle a ella era una forma de cobertura, tenía que ver con el miedo. Esos son parte de los impactos colectivos.⁴⁹

Constatamos que o líder camponês descreveu um local no qual foi criado uma

48 CENTURIÓN, G. *Entrevista*. Lugar e data indeterminada. In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., Tomo V, p. 36.

49 CENTURIÓN, G., op. cit., p. 39.

organização agrária de base. Devido à introjeção do medo gerado pelos órgãos repressores estatais, os lavradores elegeram para a presidência da presente associação uma professora ligada ao Partido Colorado. Nomeá-la para esse cargo foi uma forma de cobertura diante do sentimento de terror existente naquela região.

Partindo de uma concepção tradicional, pautada pela historiografia sobre o período, poderíamos afirmar que a indicação de uma senhora colorada partia do impacto que o temor tinha proporcionado naquela região. Entretanto, podemos considerar que essa atitude foi uma tática às estratégias repressivas desenvolvidas pelo regime, pois seria mais difícil o governo repreender uma organização que estivesse sob a administração de alguém vinculado ao partido oficial da ditadura. Notamos nesse testemunho as formas de resistências cotidianas desses setores e não apenas uma expressão associada à fobia desenvolvida pelas forças estatais.

No quinto capítulo do volume, foram analisadas as consequências das repressões contra as comunidades camponesas entre as décadas de 1960 e 1980. Priorizaremos essa parte do documento, pois ele traz mais casos referentes aos grupos de agricultores. A partir da década de 1970, o sistema repressor ditatorial se estendeu para as áreas rurais e teve como objetivo central a desestruturação de expressões coletivas em regiões nas quais estavam sendo desenvolvidos modelos alternativos de produção.

Essa repressão se deu em lugares nos quais estavam sendo construídas as experiências comunitárias das LAC. Participando dessas organizações de renitência, as vítimas da repressão estatal sabiam o quão perigoso era a realização de suas ações opositoras. Apesar do perigo eminente, a luta político-social desses indivíduos dava um sentido a suas participações nas LAC. Como nos mostra uma entrevista coletiva com familiares de pessoas desaparecidas em Misiones, os membros dessas associações lutaram por um contexto social melhor para todos e todas, e qualquer camponês pertencente às LAC “murió por algo que era mejor para todos, no solo para él. [...] y decía siempre que hasta podía morir, pero la lucha no tiene que terminar”.⁵⁰

Inseridos em uma realidade social, na qual havia um governo autoritário que impedia a organização de comunidades alternativas, alguns indivíduos opuseram-se à autoridade estatal e, mesmo correndo o risco de serem torturados ou assassinados, lutaram – direta ou indiretamente – por uma melhor qualidade de vida. O fio condutor de muitas dessas ações não era pautado em um posicionamento político-partidário ou ideológico, mas nas necessidades básicas desses setores. É importante ressaltar que entre os lavradores havia muitos grupos e sujeitos que lutaram por alguma ideologia ou um partido político em específico.

⁵⁰ *Entrevista coletiva de familiares de desaparecidos*. Misiones, data indeterminada. In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., Tomo V, p. 105.

As LAC foram uma associação coletiva formada por membros da Igreja Católica que possuíam posições contrárias ao governo e por camponeses, juntamente com seus familiares (esposas, filhos e filhas, pais). Muitos dos relatos colhidos pela equipe da CVJ eram de religiosos que atuaram em alguma colônia pertencente às LAC. Esta organização tinha como um dos propósitos garantir um modelo educacional que fugisse das estruturas conservadoras de ensino mantidas pelo regime.

Como afirma o Padre Caravias, os grandes êxitos das LAC foram as “*escuelitas*” camponesas. Na comunidade de:

[...] Jejuí estaba muy bien hecho. Era tierra comunal con un pedazo de tierra personal, el poblado en círculo, la tierra más próxima era personal luego la comunitaria. La tierra fue comprada, los campesinos eran propietarios. Fueron experiencias muy perseguidas porque fueron muy creativas. Estaba prohibido educar en guaraní, no se dejaba que los niños lo hablaran: ¡no seas guarango! Y se le castigaba. Con lo cual se formaban analfabetos. Nos pidieron a los jesuitas que hiciéramos algo, el padre Bartomeu Meliá hizo una cartilla en guaraní tipo Freire. Eso al gobierno le pareció terrible.⁵¹

Em virtude de um ensino conservador, era proibida a reprodução do idioma guarani nas salas de aula. Esse impedimento partia de um preconceito existente nas estruturas governamentais que associavam a cultura indígena a elementos “incivilizados”. Reagindo a essas imposições e buscando novas alternativas de ensino, os rurícolas desenvolveram um modelo de resistência que alterou as maneiras tradicionais do sistema educacional, incentivou a capacidade crítica de seus estudantes – apresentando a estes a conjuntura política e social que o país vivia no momento – e proporcionou a proliferação do conhecimento a partir da cultura e dos saberes locais.

A utilização de um padrão distinto ao estipulado pelo governo e o uso de teóricos marxistas – como Paulo Freire –, proporcionou uma reação violenta do regime, que destruiu muitas *escuelitas* e utilizou esses espaços para a realização de torturas e assassinatos de camponeses e guerrilheiros, com um intuito de enviar à população a seguinte mensagem: qualquer atitude opositora ao Estado seria violentamente reprimida por seus agentes.

Mesmo com a opressão ditatorial, os lavradores não deixaram de reivindicar seus direitos. Uma dessas petições é relatada pelo Padre Caravias. Em 1972, um grupo camponês que pedia a vacinação contra a febre aftosa para o seu gado foi violentamente reprimido pelos soldados que pertenciam ao povoado. Diante desse fato, os líderes agrários desenvolveram uma tática:

51 CARAVIAS, P. *Entrevista*. Local indeterminado, 1972. In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., Tomo V, pp. 154-155.

Cada mamá que tenía un hijo soldado en la comisaría iba en primera fila. Una fila de mamás. Cuando se acercaron, cada cual a su hijo, las mamás se desnudaron el pecho, y lo apoyaron en el fusil de su hijo. Y le decían párame. Los pobres muchachitos salieron corriendo para meterse dentro de la comisaría. El comisario se asustó también. Y nunca más se murió una vaca de las Ligas Agrarias.⁵²

Esse protesto realizado em Piribebuy e divulgado entre os membros das colônias comunitárias da região é um ótimo exemplo das táticas orquestradas pelos agricultores contra as estratégias autoritárias do governo paraguaio. Sabendo que os jovens militares que os repreendiam eram moradores do povoado, os camponeses saíram às ruas e, quando os militares chegaram, as mães destes deixaram seus seios à mostra, fazendo com que eles voltassem à delegacia.

O ato de incorporar as mães desses militares com os seios desnudos a essa ação reivindicativa é uma das formas de renitência encontrada pelos rurícolas dessa vila. Os elementos dessa tática perpassam o âmbito político-ideológico, radicando-se nos aspectos culturais. Os lavradores souberam jogar dentro do campo “da visão do inimigo”, pois, ao observarem as suas mães com os seios descobertos, os soldados ficaram impossibilitados diante de tal situação, já que enxergaram-se apontando as armas para as suas próprias progenitoras, simbolicamente indefesas. Usando dessa artimanha e provocando um choque cultural e simbólico, esse grupo logrou com seus pedidos. Esse exemplo não só nos mostra a riqueza das experiências político-sociais dos setores populares como desconstrói a ideia de uma população controlada e que não protestava, tão comum na historiografia sobre o assunto.

Já mencionamos anteriormente que as colônias pertencentes às LAC pretendiam romper com um modelo político e econômico imposto pelo governo ditatorial. As intenções desses agrupamentos eram o desenvolvimento de um pensamento político não partidário entre seus membros, a distribuição comunitária das terras e o trabalho coletivo. Esses objetivos desconstruíram os ideais de possessões pessoais de glebas e o enriquecimento individual dos camponeses. Como lembra o Padre Braulio Maciel:

El pecado era nuestro encierro a la sociedad política económica, no les necesitábamos luego, entonces teníamos la autogestión, y nos levantábamos por las donaciones, de todo se hacía, casa, cama, comida, nos daba todo [...] entonces, primero la tierra era indivisible, asociativa, comunitaria, marcamos para la estrategia para las exportaciones, era una comunidad muy dinámica, muy participativa, la tierra era de Dios y de los hermanos. Segundo que estaba prohibido el fuego, no hay que quemar, y después nosotros teníamos que usar lo que producíamos en vez de comprar, si nos sobraba teníamos que cambiar, o regalar.⁵³

52 CARAVIAS, P., op. cit., p. 155.

53 MACIEL, P. *Entrevista*. Local e data indeterminados. In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit.,

Conforme mencionado no testemunho do Padre Maciel, uma das maneiras de se desvincular dos moldes político-econômicos estabelecidos pelo governo foi a autogestão das atividades comerciais. Os camponeses desfizeram as relações com os comerciantes e passaram a negociar com os compradores finais. Essa atitude enfureceu muitos mercadores e intermediários da região, que eram ligados às *seccionales*⁵⁴ locais do Partido Colorado.

A comunidade de Jejuí aderiu a essa prática política e econômica, desenvolvendo um modo de produção próprio que não dependesse de influências externas. Essa atitude além de provocar a ira dos comerciantes, também chamou a atenção das forças repressivas da ditadura que, em um primeiro momento, criou outras associações coletivas na região para competir com as colônias ligadas às LAC. Não obtendo um êxito expressivo, o aparelho autoritário do regime ordenou que policiais e militares invadissem a comunidade de Jejuí para acabar com essa experiência organizativa e massacrar seus membros.

Sobre essa questão, Lidio Domínguez, um dos partícipes dessa colônia, afirma que o problema:

[...] comienza cuando en Jejuí empiezan a armar cooperativas no en el sentido de las cooperativas actuales que es para los socios nomás, sino comprar barato desde Asunción y vender ahí sin ganancia [...] Porque ellos decían: “la intermediario ningo oi ñande ári”,⁵⁵ no podemos hacer nada. Entonces esta práctica colectiva fue haciendo que los comerciantes de la zona empezaran a cerrar sus negocios; es decir, se comenzó a mover el avispero.⁵⁶

Desenvolvendo uma prática econômica que contrariava os modelos ditatoriais, essas comunidades proporcionaram uma oposição que impactou, consideravelmente, a vida política e social da região, já que diminuiu os lucros dos comerciantes colorados que possuíam uma perspectiva capitalista. Esses grupos se organizaram a partir de uma reação às estratégias econômicas do governo.

Ou seja, numa conjuntura econômica na qual se operava a ganância e uma mentalidade de lucro imediato, os agricultores proporcionaram uma forma de comércio que não se preocupava com o ganho individual e eminente, criando um mecanismo de renitência contra o regime. É importante esclarecer que, apesar do fator político-econômico, essa resistência cotidiana se pautou predominantemente em uma perspectiva cultural, pois as

Tomo V, p. 174.

54 As *seccionales* são unidades do Partido Colorado que de certa forma “correspondem aos diretórios regionais e municipais dos partidos brasileiros” (MORAES, op. cit., p. 57).

55 Em guarani: “o intermediário está acima de nós”.

56 DOMÍNGUEZ, L. *Entrevista*. Local e data indeterminados. In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., Tomo V, p. 172.

práticas de coletividade comercial entre os lavradores já faziam parte dos costumes e do cotidiano desses grupos antes mesmo da ascensão de Stroessner à presidência.

As colônias das LAC também desempenharam um rompimento político com o padrão estabelecido pelo governo. Rescindindo com as relações político-partidárias, especialmente com as estruturas territoriais do Partido Colorado, as comunidades camponesas possuíam um modelo político-social pautado nos ideais de caridade, de fraternidade e de integridade entre os seres humanos. Como lembra o Padre Maciel, nas colônias:

Ya la gente dejaba de votar, y despolitizaba en el sentido de apoyo al régimen. Este modelo de acción directa suponía acabar con el control de los partidos tradicionales y defender una forma de entender la acción social y política basada en los valores de la dignidad humana y la solidaridad.⁵⁷

Guiados por esses princípios, os rurícolas deixaram de votar e, consequentemente, de apoiar o governo stronista. De acordo com o IIIº Artigo da Constituição Nacional de 1967, todos os paraguaios possuíam a obrigação de votar e ninguém poderia proclamar ou recomendar a abstenção eleitoral.⁵⁸ Cabe salientar que a ditadura de Stroessner foi mantida através de eleições fraudulentas, usadas pelo ditador para legitimar seu governo perante a opinião pública nacional e internacional. Conscientes de que este processo privilegiava o presidente Stroessner e sabendo que o apoio ao governo resultaria em mais repressão e autoritarismo, os agricultores vinculados às LAC deixaram de votar como uma forma de resistirem às opressões proporcionadas pelo regime. Traçando jogos no campo do inimigo, esses agricultores desenvolveram uma tática de oposição ao não votarem e, assim, não legitimarem tal governo.

Apesar de passar “despercebida” nos anos 1960, as ações das LAC foram “descobertas” na década de 1970 e, nesse período, suas comunidades coletivas foram violentamente reprimidas pelas forças policiais e militares do governo. Além de torturarem, violentarem sexualmente, assassinar e deterem os camponeses – juntamente com seus familiares e amigos –, o regime quis aplicar uma mensagem exemplificadora, através de cerimônias depreciativas que humilhavam publicamente os lavradores detidos.

Uma dessas cerimônias foi a sessão de “Rebatismo”, ocorrido em 1965, na cidade de Piribebuy. Como afirma Tomás Areco:

El rebautizo para mí fue como una burla. Para nosotros fue como una burla volver a rebautizarnos, porque eso solo una vez se hace, eso nos hizo sentir muy mal. Si se hizo en público para mentirle a la

⁵⁷ MACIEL, op. cit., p. 158.

⁵⁸ Cf. PARAGUAY. *Constitución de la República de Paraguay*. 1967. Disponível em: «<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Paraguay/para1967.html>». Acesso em 20 mar 2015.

gente y haciendo les ver algo que no era. [...] Todos sí en ese tiempo no podíamos decir nada, nosotros no podíamos hablar teníamos que hacer nos guste o no, ellos no te preguntaban si querías o no hacer.⁵⁹

A atitude desses camponeses em se submeterem à cerimônia político-religiosa poderia ser justificada pelo medo inserido na comunidade da qual pertenciam ou pelo fato de se serem facilmente desarticulados pelas forças repressivas. Entretanto, considerando os outros relatos sobre o mesmo acontecimento e o testemunho de Areco, podemos afirmar que a atitude desses indivíduos parte de uma falsa submissão, já que o importante naquele momento era escaparem vivos. Essa atuação pode ser entendida como uma tática desse grupo, pois, sem nenhuma outra escolha satisfatória, jogaram dentro do “campo do inimigo” com as “armas” disponíveis na ocasião.

Considerações finais

Como já destacado anteriormente, a maioria dos estudos sobre a ditadura stronista não considera os setores populares como atores políticos e não se preocupa em analisar as resistências cotidianas desses grupos. Essas pesquisas estão preocupadas, *a priori*, com uma história política em termos tradicionais, já que destacam em seu conteúdo aspectos político-partidários e socioeconômicos.

Dessa maneira, estudar a renitência dos setores populares a partir do viés do cotidiano é interessante, pois, em uma sociedade marcada por uma estrutura autoritária que desarticulou o espaço público, as ações dessa época – juntamente com as memórias sobre elas – recaíram sobre o âmbito do privado. Por conta da “ausência” de organizações políticas e sociais “significativas”, a legitimidade dessas memórias incidiu na esfera do pessoal. Cabe ressaltar que o estado dessas lembranças também ressonaram no campo comunitário.

Uma fonte documental como o tomo V do Informe Final da CVJ é importante, pois traz em seu conteúdo as vivências dos lavradores durante o regime. A partir dos relatos e testemunhos acerca da experiência das comunidades e das organizações camponesas, podemos afirmar que as resistências cotidianas e as táticas estabelecidas pelos agricultores não partiam necessariamente de uma perspectiva político-partidária, ideológica ou classista, mas a partir de uma noção cultural acerca da realidade social na qual estavam inseridos. É importante realçar que estas oposições também possuíam, em diversos casos, implicações político-econômicas.

59 ARECO, T. *Entrevista*. Piribebuy, 1965. In: COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA, op. cit., Tomo V, p. 165.

Porém, o documento apresenta dois grandes problemas na coleta de depoimentos. O primeiro é que muitos dos que testemunharam sobre as oposições dos agricultores eram padres ligados às LAC. Se o informe tinha como objetivo reunir relatos de camponeses nesse espaço, porque distintos religiosos tornaram-se “porta-vozes” desses grupos? Em segundo lugar, a grande maioria das declarações está relacionada com a memória de líderes rurícolas, sobretudo os vinculados às LAC ou a qualquer outra associação coletiva. Não observamos, na leitura dessa fonte, nenhum relato expressivo de um lavrador que não esteve ligado a essas organizações e que teve seus direitos violados ou que estabeleceu táticas e resistências cotidianas. A experiência desses líderes reproduz todas as dos outros agricultores?

Um dos objetivos do trabalho foi apontar as permanências – herdadas da historiografia sobre o stronismo – e as rupturas existentes em um documento como o tomo V do Informe Final da CVJ. Apresentaremos três continuidades e três novidades encontradas no fascículo estudado. É importante ressaltar que a nossa proposta é identificar as contribuições trazidas pela fonte documental em questão, em comparação às pesquisas – paraguaias e de outros países – sobre a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner.

Começando com os três pontos referentes às permanências identificadas no tomo, podemos afirmar que ele não problematiza o medo e o terror, já que sempre os justificam como sentimentos introduzidos socialmente pelo regime e que desarticularam muitas ações dos setores populares. Identificando esse problema, nosso trabalho caminhou num sentido oposto às visões do fascículo. Nesse artigo, demonstramos como as atuações dos sujeitos e dos grupos sociais foram reconfiguradas pelo sentimento de temor.

O segundo ponto é que o documento analisado está estruturado sob uma percepção cronológica e temporal, já que apresenta um aspecto de começo, meio e fim. Acreditamos que essa visão seja uma reprodução da historiografia sobre o tema que insiste em desenvolver suas análises sob uma cronologia estrutural. Utilizamos a perspectiva do cotidiano para criticarmos as divisões cronológicas existentes tanto nos estudos clássicos sobre o stronismo, quanto nas fontes primárias, nesse caso, neste fascículo que compõe o Informe Final da CVJ.

Concluindo essa parte, o terceiro e último ponto diz respeito à excessiva preocupação do documento com as questões quantitativas, pois ele prioriza os números de vítimas e utiliza exaustivamente gráficos e tabelas que esclarecem os dados da violência desempenhada durante o governo de Stroessner. Essa perspectiva pode ser uma das metodologias herdadas pelos estudos sobre o tema, já que ao abordar as violações aos direitos humanos cometidos pelos órgãos ditatoriais, esta fonte analisa a partir de uma visão quantitativa e comparativa, sempre em relação com os outros regimes autoritários do Cone Sul. Dessa forma, o presente artigo procurou distanciar-se dessas concepções e se concentrou na análise dos testemunhos a partir do conteúdo que estes dispunham.

Finalizando, apresentaremos as três principais novidades trazidas pelo documento analisado. A primeira grande novidade foi a introdução de depoimentos de distintos indivíduos que vivenciaram o regime do General Stroessner. Essa inclusão privilegiou alguns grupos marginalizados pelos estudos sobre a ditadura stronista, como os rurícolas. Outra grande novidade existente no documento é que este não reproduz imagens tradicionais da sociedade paraguaia como, por exemplo, a ideia de uma oposição vinculada a partidos políticos, a grupos armados, a comunidades camponesas, a sindicatos e a organizações estudantis. Um grande triunfo do fascículo foi conseguir ir além da historiografia tradicional, ao apresentar testemunhos que questionam muitas afirmações de estudos sobre o tema.

A terceira novidade trazida pelo tomo V do Informe Final é que este questionou o discurso do coloradismo, como a noção de progresso, de unidade e de uma identidade paraguaia. É importante lembrar que esse questionamento está atrelado à construção da presente fonte documental, pois ela produzida por uma sociedade que passou a questionar as estruturas político-partidárias do Partido Colorado, identificando a continuação dos antigos mecanismos consolidados pelo governo stronista ainda vigentes nos alicerces da política paraguaia.⁶⁰

Dessa maneira, a memória referente à ditadura cívico-militar do General Stroessner, ao menos as destacadas no tomo V do Informe Final, deixa de ser associada somente ao desenvolvimento político-econômico e passa a também ser associada às violações dos direitos humanos, desempenhadas por órgãos e instituições estatais e paraestatais, a partir de um sistema e de um aparelho repressor que recaiu sobre os camponeses. Sendo assim, esse documento questiona a história oficial, construída por forças político-ideológicas de certos grupos que estavam no poder e apresenta uma nova perspectiva sobre o passado stronista.

60 É importante destacarmos que o livro V – juntamente com os outros tomos – do Informe Final da CVJ pode ser classificado como um documento/monumento. Segundo o historiador Jacques Le Goff, já citado anteriormente, o documento/monumento “não é aquele que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento da causa” (LE GOFF, op. cit., pp. 535-536). Dessa forma, o “documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, op. cit., p. 538). Em vista disso, entendemos o fascículo do Informe Final da CVJ como um documento/monumento criado pela sociedade civil e respaldada pelo governo paraguaio.

